

Ocultamentos e memórias: mulheres e/imigrantes madeirenses (São Paulo, décadas de 1950-1960)

Between oblivion and memory: Madeira's' immigrants women (Sao Paulo, during the 1950's and the 1960's)

Nelly de Freitas¹, Maria Izilda Matos²

Resumo: Desde o final do século XX, pesquisadores mostraram que, no caso dos deslocamentos portugueses para o Brasil não houve um único padrão e que a proporção entre homens e mulheres apresentava especificidades quando observada regionalmente. Se a emigração de Portugal continental contou com uma presença masculina superior à feminina, a dos arquipélagos dos Açores e da Madeira apresentou um maior equilíbrio entre os gêneros. Considerado esse contexto historiográfico, este trabalho pretende ser uma contribuição para o conhecimento da presença das imigrantes da ilha da Madeira. Baseando-nos em um projeto mais amplo de história oral sobre os imigrantes oriundos do arquipélago da Madeira, chegados em São Paulo nas décadas de 1950 e 1960 e que mantêm vínculos com a associação Casa Ilha da Madeira de São Paulo, dar-se-á ênfase às vozes das mulheres imigrantes madeirenses buscando entender suas experiências, seus papéis no processo migratório e suas ações como guardiãs da memória.

Palavras-chave: imigração; arquipélago da Madeira; São Paulo; mulheres; memória

Abstract: Since the late 20th century, researchers have demonstrated that the ratio between men and women in Portuguese migration flows to Brazil doesn't follow a single model and when we observe each regions of the country, it has singular characteristics. While male Portuguese emigration from the Mainland have outnumbered the female one, in the case of the archipelagos of Azores and Madeira, there was a gender balance. Having in consideration the historiographical context, this paper intends to contribute to the knowledge on the presence of the immigrants from the archipelago of Madeira. Based on a wider oral history project about Madeiran community arrived in Sao Paulo during the 1950's and the 1960's and who still are associated to the Casa Ilha da Madeira, our goal is to hear the voices from female immigrants from Madeira, highlighting their experiences and their roles in the migratory process, as well as their initiatives as memory keepers.

Keywords: immigration; Madeira archipelago; Sao Paulo; women; memory

1 Pós-doutoranda em História na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo com bolsa n° 2015/22774-3 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). *E-mail:* nellydefreitas@hotmail.com.

2 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. *E-mail:* mismatos@pucsp.br.

Introdução – desafios historiográficos: presenças madeirenses e femininas

Desde as últimas décadas do século XX, que a historiografia relativiza a ideia enraizada que “o migrante português típico³” seria um homem jovem, solteiro e que se deslocava por razões econômicas⁴. Se os deslocamentos portugueses para São Paulo foram a princípio prioritariamente masculinos, o contingente feminino cresceu de forma gradativa, podendo-se verificar um aumento no número de mulheres casadas com a ampliação da emigração familiar. Assim, na primeira década do século XX, a percentagem de mulheres era de cerca de 20% do total de entradas⁵ e, já no início da segunda década, oscilava entre 35% e 40%⁶. Essa proporção é ainda maior quando observada regionalmente, os deslocamentos de naturais dos arquipélagos dos Açores e da Madeira apresentaram um maior equilíbrio entre os gêneros.

Com efeito, em 1890, emigraram do Continente 100 mulheres para cada 428 homens, enquanto das Ilhas eram 100 para cada 114 homens⁷. Entre 1886 e 1899, as saídas da Madeira para São Paulo foram marcadamente familiares, com uma presença feminina de 46% do total⁸. Se, entre 1920 e 1950, a presença das mulheres no movimento migratório sofreu refluxo, limitando-se a um quinto da masculina, a partir dos anos 1950, período priorizado nesta pesquisa, a taxa feminina cresceu, chegando a 25,4%⁹.

Contudo, cabe destacar que não houve um único padrão de deslocamento, muitos e/í migrantes eram chefes de família, vieram antes de seus familiares que ficaram aguardando pela reunificação de todos; outros chegaram ainda crianças ou jovens, com ou sem a família nuclear; em outros casos, a família veio junta, mas alguns deles não permaneceram unidos no novo contexto, gerando toda uma complexidade de situações vivenciadas.

Ponderando o múltiplo dessas experiências históricas, a pesquisa se propõe a dar visibilidade à presença madeirense¹⁰, focalizando particularmente nas mulheres, abordando suas ações cotidianas, de trabalho, manifestações culturais, práticas associativas e memórias.

Falar da imigração portuguesa constitui “o resultado histórico de um encontro entre o sonho individual e uma atitude coletiva”¹¹. Esses dizeres sintetizam a importância das histórias de vida para entender o conjunto das experiências de e/imigração. Para tanto, nesta investigação se valorizou trajetórias femininas priorizando as madeirenses chegadas em São Paulo nas décadas de 1950 e 1960 e que mantêm vínculos com a Casa Ilha da Madeira de São Paulo. A pesquisa centrou-se no campo da História Oral¹², através dessas histórias buscou-se questionar as experiências migratórias e as ações dessas mulheres como guardiãs das tradições e da memória¹³.

3 SHARPE, 2001: 5.

4 HOERDER; KAUR, 2013.

5 Anuário Demográfico, 1886 e Movimento da População, 1887, 1888, 1889, 1890, 1891-1893, 1894-1896 e 1901.

6 MATOS, 2009: 4; FERREIRA, 2010: 147-148.

7 LEITE; CÂMARA, 2010: 107.

8 FREITAS, 2014: 415.

9 OLIVEIRA, 2013: 129-130.

10 Sobre a falta de visibilidade dos madeirenses nos estudos sobre e/imigração portuguesa consultar: CORTE, 2002: 103; VIEIRA, 2008; FREITAS, 2014. Sobre a dos açorianos, consultar: MATOS; ÂNGELO, 2008: 261; ÂNGELO, 2015.

11 PEREIRA, 2002: 9.

12 A pesquisa centrou sua análise em três entrevistas de mulheres, sendo que as transcrições foram realizadas pela autora a partir dos áudios. As falas das entrevistadas foram transcritas exatamente como foram pronunciadas, ou seja, manteve-se o dito, estando esse correto ou não. As pausas e silêncios foram assinalados por ... e o entusiasmo dela, sobretudo quando falava “Nossa senhora”, indicado por !. Bibliografia metodológica de referência: BOSI, 1987; PORTELLI, 1997, 2004; THOMPSON, 2002; ALBERTI, 2003, 2005; AMADO E FERREIRA, 2005; POLLACK 1989, 1992.

13 HALBWACH, 1950; NOGUEIRA, 2001.

Presença portuguesa no Brasil e em São Paulo

Nas décadas de 1950 e 1960, Portugal era caracterizado pelo conservadorismo e autoritarismo do governo salazarista, que, entre outras ações, impôs esforços de guerra para preservar as colônias em África, gerando tensões políticas, econômicas e sociais.

Tal contexto de dificuldades encontrava-se referendado nos relatórios de atividades enviados pelos cônsules brasileiros na Madeira e que, em várias ocasiões, relatavam ser a corrente emigratória, “a principal atividade desta repartição consular”¹⁴.

As dificuldades econômicas enfrentadas pelos madeirenses foram consideradas pela historiografia como o mote central para o processo de emigração; contudo, cabe ressaltar que as saídas devem ser analisadas além dos condicionamentos demográfico-econômicos e de mecanismos impessoais do *push-pull*. Esses processos superaram os limites das necessidades estritamente econômicas, agregando questões políticas, culturais, geracionais e de gênero.

Assim sendo, pode-se observar que os madeirenses emigravam por vários motivos¹⁵, num somatório de dificuldades econômicas, sociais, políticas e familiares, como: poucas oportunidades de trabalho, ganhos baixos e problemas de subsistência, tipo de propriedade e sua exploração – somadas à infertilidade, improdutividade das terras, ao atraso tecnológico, intempéries e flagelos –, fugas ao recrutamento militar, desigualdades sociais e populacionais; também se fizeram presente nestes processos os desejos de “fazer a América”, a busca por melhores condições de vida e realização de sonhos.

Dessa forma, mesmo em período de estabilidade econômica, a emigração permaneceu constante, instituindo-se como tradição¹⁶, gerando expectativas planejadas e encorajadas, que foram alimentadas por redes migratórias¹⁷ que viabilizaram as saídas tanto para homens como para mulheres¹⁸.

Entre 1951 a 1963, o Brasil recebeu 295 801 portugueses (38,3% do total da imigração)¹⁹, mais de 134 000 destinaram-se a São Paulo²⁰. No período de 1950 a 1965, as saídas na Madeira atingiram 71 068 pessoas, destas vieram para o Brasil 28 572, numa média de 1785 por ano; sendo o período 1952-1954 o de maior atração, só em 1952 foram 5075 emigrantes. De 1954 a 1963, apesar da emigração para a Venezuela ter sido superior, o Brasil permaneceu como um destino privilegiado, sendo escolhido por 33,5% dos madeirenses que emigravam, entre os quais era significativa a presença feminina²¹.

No Brasil, apesar de espalhados por todo país, os lusitanos concentravam-se nos núcleos urbanos; depois do Rio de Janeiro, São Paulo era a cidade de maior presença de portugueses, tornando-se polo de atração devido às novas perspectivas geradas pelo desenvolvimento econômico e industrial²².

14 AIRJ – *Consulado do Brasil do Funchal*, carta de 31.1.1953.

15 AIRJ – *Consulado do Brasil no Funchal*, carta de 31.1.1954.

16 BAGANHA, 2009; CORTI, 2007.

17 A categoria rede de emigração incorpora tanto as ações familiares e comunitárias, como as estruturas impessoais de informação, difusão e apoio, articulando-se a noção de cadeia proposta por MACDONALD; MCDONALD, 1964: 82-97 e DEVOTO, 1988.

18 CARDOSO, 1968; RIBEIRO, 1985; VIEIRA, 1990; MATOS; SOUSA, 2008; LEITE; CÂMARA, 2010.

19 Grande parte desses indivíduos eram originários do Norte de Portugal, entretanto, os insulares (Madeira e Açores), ponderando as dimensões relativas de população, representaram uma importante e singular parte e trouxeram às terras paulistas contribuições culturais significativas, o que justifica um foco particular de análise.

20 LEVY, 1974: 41; FREITAS, 2006: 41.

21 CARDOSO, 1968: 14; OLIVEIRA, 2013: 127-129.

22 MATOS, 2002.

Na conjuntura dos anos 1950, se intensificou o fluxo de e/imigrantes portugueses depois da assinatura do Tratado de Amizade e Consulta (1953) que também possibilitou a expansão das ações comerciais e financeiras entre os dois países. Muitos se deslocaram na busca de novas oportunidades profissionais, outros escapando das dificuldades da vida no campo, do serviço militar obrigatório e também fugindo das tensões/perseguições políticas.

Os madeirenses chegados a São Paulo eram espontâneos, vinham mediante “carta de chamada”²³. Na cidade se estabeleceram principalmente, no Imirim e bairros próximos ao Horto Florestal (Zona Norte) e em Santo Amaro (Zona Sul). Nestes territórios, a presença desses ilhéus se manteve através dos tempos, podendo ser ainda localizados na Zona Norte através da sede da Casa Ilha da Madeira de São Paulo. Sendo nessa mesma região que moram as e/imigrantes madeirenses Clara, Rita e Maria²⁴, cujas entrevistas possibilitaram questionamentos sobre as experiências femininas nos processos de deslocamentos²⁵.

Da Madeira para São Paulo: Clara, Rita e Maria (trabalhos, bordados e sabores)

Nas décadas de 1950 e 1960, como muitos outros, Clara²⁶, Rita²⁷ e Maria²⁸ partiram da Madeira, elas vieram através de redes, com cartas de chamada de parentes já instalados no Brasil. Apesar de se identificar aspectos em comum, o processo de deslocamento de cada uma delas apresenta particularidades. Clara veio em 1950, num esforço de reunificação familiar, reencontrou com o esposo já instalado em São Paulo, ela estava grávida e acompanhada da filha de 2 anos. Já Rita chegou em 1957, com 9 anos, veio com os pais e com “carta de chamada” de uma tia aportou no Rio de Janeiro, aonde permaneceu até 1960, transferindo-se posteriormente para São Paulo. Em 1969, Maria, em companhia do esposo e filhos, deixou a Madeira, se reuniu a outros parentes (pai, mãe e irmão) que já morava em São Paulo.

As memórias destas mulheres sempre plenas de emoção, permitiram rastrear as experiências femininas no processo migratório. Clara relatou seus receios e ansiedades de não localizar ninguém no desembarque e a felicidade de reencontrar o marido no porto de Santos (“eu cheguei lá e eu vi o meu marido, fiquei feliz e fui embora com ele”). Maria rememorou com mágoas a exploração pela família de patrícios na chácara de Mairiporã (município da região metropolitana de São Paulo). Rita comenta emotivamente suas experiências no Rio de Janeiro e em São Paulo. No conjunto, esses depoimentos permitem questionamentos sobre as experiências femininas nos processos migratórios.

23 Muitas eram expedidas pelo consulado (AIRJ – Consulado do Brasil no Funchal, relatório do ano de 1949). São missivas enviadas aos parentes e amigos com o objetivo de “garantir a quem queria partir a existência de acomodação e/ou emprego no local de destino [...] sendo anexadas ao processo de pedido de passaporte como garantia de sucesso na passagem. No caso da emigração feminina constituíam, até 1921, um elemento indispensável, sem a qual, era quase impossível partir” (VILLAS BÔAS; PADILLA, 2007: 125; SILVA, 2007).

24 Não se dará o nome completo das entrevistadas porque considera-se que interessa “a definição do grupo em que o indivíduo se insere e, em menor medida, sua identidade” (LANG; CAMPOS; DEMARTINI, 1998: 20).

25 BOSI, 1987; PORTELLI, 1997: 15-16; PORTELLI, 2004; THOMPSON, 2002; ALBERTI, 2003, 2005; AMADO; FERREIRA, 2005; POLLACK, 1989, 1992.

26 Clara, 89 anos, entrevistada pela autora, 13 de março de 2015. Nasceu no sítio da Ribeirinha, freguesia da Camacha (Madeira), em 8 de outubro de 1926. Chegou em Santos em 1950. Em São Paulo bordou e ajudou no balcão do bar comprado pelo esposo.

27 Rita, 68 anos, entrevistada pela autora, 23 de março de 2015. Nasceu na freguesia da Sé (Funchal-Madeira) em 10 de outubro de 1947. Em 1957, chegou ao Rio de Janeiro com o pai e a mãe e, em 1960, instalaram-se em São Paulo. Casou com um imigrante madeirense e trabalhou com ele no bar comprado pelo esposo.

28 Maria, 79 anos, entrevistada pela autora, 3 e 26 de maio de 2015. Nasceu no sítio do Lombo do Curral, freguesia de Santana (Madeira), em 23 de agosto de 1936. Após ter cuidado de uma fazenda em Mairiporã e trabalhado na cozinha no bar do pai e dos irmãos, comprou um bar onde trabalha até hoje.

Da infância na ilha natal, apesar de estudarem por pouco tempo, todas se lembraram da escola, que “era o dia inteiro”. Elas rememoram a vida cotidiana marcada pelo trabalho árduo centrado nas atividades rurais, que envolvia todos os membros da família, inclusive as crianças, que começavam a ajudar os pais a partir dos 6 anos²⁹, realizando tarefas antes ou depois da escola, intensificadas conforme a época do ano (colheita) ou as necessidades da família³⁰. Clara relatou que “levantava cedo, fazia todo o serviço e arrumava a mala da escola, fazia um lanche”, Maria lembrou que faltava na escola para ajudar na propriedade:

Tenho orgulho em ser português... [in questionário P28, respondente n.º 124, a 20.12.2015 às 16:44] la duas, três vezes por semana. Os outros dias eu ficava em casa para ajudar na fazenda, o meu pai falava “olha amanhã não vai dar [para] ir na escola porque tem isso para fazer, tem aquilo para fazer”. O tanto é que depois eu saí da escola, com 15, 14 anos talvez e aí voltei depois de 17 anos, voltei para fazer o terceiro ano de primário (Maria, 2015).

As famílias cultivavam para sua própria subsistência, as propriedades foram descritas como tendo muitas frutas e legumes, verduras e criação (de galinhas, porcos, cabras, ovelhas, vacas). O excedente produzido era comercializado no Funchal e enviado para o “embarque” (para exportação). Referindo-se as “semilhas”³¹, Maria rememora:

Semilhas, vender de caminhão pra cidade. É, pro Funchal, muito pra embarque. A gente na fazenda, já punha elas em caixas de Madeira, já pregava as caixas que essas iam pro embarque. Ia pra Inglaterra, pra França e assim pra aqueles países que não sei direito mas eram aqueles países vizinhos e aqueles navios carregados (Maria, 2015).

Sobre os gostos, sabores e práticas de alimentação, elas ressaltaram, que se comia muito peixe (carne bovina era cara e rara, carne de porco era consumida, em momentos especiais, preparada com vinho e alho), semilha, batata doce, milho³² e pão – o bolo do caco³³.

Os sabores da infância tornam-se inesquecíveis, constituindo um “maravilhoso tesouro, doces sabores do passado”³⁴, que, apesar dos anos, sobrevivem como “campainhas da memória”, que impregnam os corredores das reminiscências, constituindo a dita “cozinha da memória”³⁵. Enquanto uma construção cultural e histórica, o gosto é resultado de uma educação culinária, que se inscreve na educação geral, cabendo destacar o papel feminino na transmissão dos hábitos e a formação do paladar, introduzidos na infância pela mãe, ou por quem preparava os alimentos. Relatou Clara, rememorando as práticas materna:

Cozinhava o bacalhau com semilhas e depois fritava o bacalhau e fazia um molho gostoso. Nossa Senhora! Todo mundo ficava satisfeitos com aquilo lá. Eu gosto muito de semilha, até hoje eu gosto.

29 CÂMARA, 2002: 30; RIBEIRO, 1985: 113.

30 Os estudos históricos sobre a infância permitem questionar a noção genérica de criança, recuperando a historicidade da categoria, a heterogeneidade de experiências (MATOS, 2013).

31 Semilha é uma espécie de batata muito cultivada e usada na Madeira.

32 Na Madeira, milho também é uma denominação dada à polenta.

33 Pão redondo cozido em uma pedra redonda, chamada caco.

34 CERTEAU, 1998: 255.

35 HERVÉ, 2006: 79.

Cozinhava naquela panela grande que a minha mãe tinha de ferro. Era fogo a lenha. Que delícia aquilo lá que o bacalhau depois fritava aquele pedaço de bacalhau... Espada também, mas só quando ia no Funchal, que lá na Camacha era difícil, às vezes vinham alguns peixeiros vender mas era difícil era só quando ia no Funchal, comprava. A espada também era muito gostoso, nossa! Era aquela espada grandona né. E atum? Atum também. Também tinha carne de porco, bastante carne de porco, meu pai matava. Fazia ela carne de vinho e alho, depois punha as batatas, fui naquela água molhar o pão, era uma delícia (Clara, 2015).

As reminiscências da comida preparada carinhosamente pela mãe também se mantêm vivas em Rita, que nostalgicamente rememorou:

Ah, ela fazia muito milho com peixe. Atum, espada preta, era o que a gente comia, que eu gostava também era mais coisa de peixe. Carne acho que só fazia assim mais vinha d'alhos, eu gostava mais do peixe. Entendeu? E era milho, arroz, batatas cozidas, era comida que usava mais naquela época né (Rita, 2015).

Ademais, fazia-se vinho para o consumo doméstico, tanto de maçã (como o pai de Clara) como de uvas (como os familiares de Maria). Também se preparavam licores, especialmente para dias de festas, a mãe da Rita fazia para o Natal licores de diferentes “de anis, de laranja, mexerica, tangerina né? Tangerina e ... acho que era só. Essas três que ela fazia assim mais” (Rita, 2015).

Nas memórias emergem os momentos de ruptura do cotidiano – as festas, particularmente, as religiosas nas freguesias de origem ou nas vizinhanças nas quais se interpenetravam o sagrado (missa, sermão, procissão) e o profano (música, dança, comida e bebida). Para essas ocasiões eram preparados pratos especiais, que ainda se mantêm presentes nas memórias afetivas:

carne de vaca, a gente comia na festa de Santana porque o dinheiro era pouco e esse dia era um dia de festa e era carne de vaca. A noite tinha a festa de Santana, tinha o arraial à noite. Então, a gente ia na novena, tinha música, tinha bailinhos, tinha espetada para quem tinha dinheiro. A espetada era de carne de vaca. Uma vez fomos na festa à noite compramos uma tubaina pra tomar. Aqui é tubaina, lá era, não sei como que, Brisa parece. No dia da festa, iam muitas excursões da ilha. Enchia, aquilo ficava cheio de ônibus. Aí tinha a festa, tinha o sermão, tinha a procissão (Maria, 2015).

Nesses momentos celebrativos eram postos à mesa pratos mais elaborados, receitas especiais, longas e trabalhosas. Datas como o Natal, Dia de Reis, Páscoa, Festa dos Santos de devoção ou do padroeiro da região tornaram-se momentos de reunir parentes, receber amigos, visitar uns aos outros e celebrar à mesa:

no Natal tinha aquele cosume de bolo de mel, licorzinho né? Pras festas de Natal, dos Reis. No começo de dezembro, ela já fazia aquelas garrafas todas de licor né e bolo, ela fazia assim, antes do Natal e depois do Natal pros Reis né, então ela fazia aqueles bolos, aquelas broas, colocava naquelas latas grandes que era pra elas não ficar, pra ficar conservado né. E aí, fazia aquela mesa assim cheia de doces, de licor pro pessoal na hora, no dia que vinha fazer a festa do Divino né? O Espírito Santo acho que é (Rita, 2015).

O cotidiano feminino compreendia uma jornada intensa, que incluía as lides no campo, adicionadas aos cuidados com a horta, o pomar e a criação (galinhas, porcos, ovelhas, cabras), além dos afazeres de casa (cozinhar, lavar, passar, cuidar das crianças), ao s quais se acrescia a busca de um tempo para bordar, “bordava e fazia a vida de casa” (Clara, 2015).

As mulheres da Madeira desenvolviam a habilidade de bordar para compor o próprio enxoval ou para presentear parentes e amigos. Com a crescente presença de estrangeiros na Madeira, o bordado começou a ser vendido, seja no porto ou nos locais (casas e quintas) onde estes se alojavam. A qualidade do trabalho da agulha das madeirenses adquiriu reconhecimento, a partir da última década do século XIX, firmas estrangeiras se interessaram pela exportação deste produto, no início para Inglaterra e Alemanha, posteriormente, para outros países como Itália, Estados Unidos, América do Sul e Austrália. Com o crescimento destes mercados, os bordados passaram a desempenhar um papel econômico, se tornando uma possibilidade de complementação da renda familiar, se fazendo mais constantes no cotidiano feminino, chegando a empregar cerca de um terço da população da Ilha³⁶.

As três madeirenses testemunharam que, desde muito cedo, ainda meninas aprenderam a bordar, com suas mães e avós. A Maria, por exemplo, lembrou que aprendeu a bordar ainda criança e que, na época, a mãe somente “[p]unha a agulha na mão [da Maria] e o dedal” (Maria, 2015) e ensinava-lhe os pontos.

Quando tava na escola, é minha mãe é que me ensinou a bordar. E a gente levantava cedo pra bordar porque meu pai tinha muita fazenda e a gente tinha que ir na fazenda ajudar a trabalhar. E então levantava cedo para começar a bordar para adiantar o serviço (Clara, 2015).

Mesmo com o avanço da atividade em maior escala, os trabalhos de agulha mantiveram-se realizados no domicílio das bordadeiras. Nas oficinas, os tecidos eram cortados, os desenhos riscados nas peças e linhas eram selecionadas, podendo ser de cores variadas ou brancas. As bordadeiras recebiam em suas casas as peças (já riscadas) com as linhas, muitas vezes, por meio de intermediárias que pegavam trabalho nas oficinas e distribuíam (podia ganhar ou não por esta função). As bordadeiras tinham de garantir a qualidade do serviço, entregar as peças em ordem e no prazo definido, posteriormente, recebia o pagamento. As depoentes lembraram como funcionava este processo na Madeira:

Era uma cunhada minha que dava o bordado. Ela ia no Funchal, tinha uma senhora lá que dava os bordados e a gente bordava. Era tudo do Funchal e era linha boa, linha de bordado boa, nossa! Era vendido no Funchal, é onde estrangeiros iam lá buscar os bordados que o bordado da ilha da Madeira era muito famoso. Nossa senhora ! (Clara, 2015).

A gente pegava o bordado e bordava. A gente trabalhava na fazenda e à noite, lavar as mãos bem lavadas e bordava até meia noite. A linha tinha as agências que a gente chamava. Tinha a Mariazinha Freitas que dava o bordado. Era tipo uma agência do Funchal. Enviava os bordados para ela e ela distribuía pelas bordadeiras. Aí vinha o bordado pronto, ela trazia o dinheiro e ela pagava (Maria, 2015).

As peças podiam ser pequenas e grandes, incluíam toalhas de mesa e banquetes, caminhos de mesa, toalhinhas de centro, jogos de cama e enxovais para crianças. Os produtos eram de categoria, correspondendo ao gosto sofisticado

36 As informações sobre o bordado na Madeira vêm de: VIEIRA, 1999.

da clientela e as exigências dos mercados consumidores, eram elaborados com tecidos finos (linhos e percais), com linhas de qualidade e envolviam um conhecimento técnico com pontos diferenciados: pontos ajour, Paris, sombra, cheio, vazado, rococó, matiz, russo, cadeia, corrente, correntina, bolinha, crivo, richelieu, entre vários outros.

Depois de prontos, os diferentes tipos de produtos bordados requeriam cuidados especiais, eram lavados (para retirar as marcas do risco e manchas), cautelosamente, passados e engomados (usava-se goma dura para as toalhas e caminhos de mesa, em geral bordadas em linho mais grosso, e goma leve para os lençóis, roupas de bebê e crianças). Estas atividades de lavar e engomar exigiam das mulheres conhecimento prévio, estratégias e habilidades.

Apesar da reconhecida competência das bordadeiras, os ganhos obtidos com a função eram reduzidos, a remuneração era por peça e sujeita a valores impostos pelas oficinas e/ou intermediários. As bordadeiras se submetiam a estas condições, porque era praticamente a única oportunidade de um ganho extra, também porque essa atividade podia ser feita no próprio domicílio e sem horário fixo, permitindo concatená-la com o trabalho doméstico e tarefas na propriedade. Segundo a Maria, o dinheiro do bordado era “praticamente o único ganho, permitia ir comprando o enxoval. Comprando o que a gente não fazia em casa, tinha que comprar suponhamos os cobertores, lençol, fronha” (Maria 2015).

Parte integrante do cotidiano das mulheres madeirenses, a prática do bordado também era realizada nas chamadas “trepas”, quando as mulheres se juntavam para bordar (muitas vezes bordavam juntas uma única peça, como toalhas grandes, cada uma se encarregava de uma cor e/ou de um ponto, buscando manter a uniformidade nos resultados), esses eram momentos de encontro, conversas, trocas de informações e transmissão das tradições (receitas e remédios caseiros, saber fazer) e, também, de ensinar o bordado introduzindo as meninas na atividade.

Outra ocupação relembrada era a produção de utensílios de vimes que, inicialmente, eram empregados como cestos agrícolas para as vindimas. Os principais centros de produção de vimes localizavam-se nas freguesias de Boaventura e de Camacha. Originária desta freguesia, Clara rememorou “Lá a turma trabalhava muito na obra de vimes, fazia bastante serviço com vimes. Era a maior profissão. Fazia bancos, fazia mesas, fazia tudo qualquer coisa lá e vendia depois. Tinha gente que ia no Funchal vender” (Clara, 2015). Assim, como o bordado, a presença dos estrangeiros na Ilha permitiu o incremento desse artesanato, que empregava tanto homens como mulheres. Até hoje, a maior parte dos utensílios de vime destina-se à exportação, bastante valorizados nomeadamente nos Estados Unidos, Canadá, África do Sul, Itália, entre outros.

O trabalho na propriedade, somados às atividades domésticas, bordados e produção de vimes, deixavam pouco tempo livre para o descanso mesmo assim, as ocasiões de lazer e distração foram rememoradas. Marcados pelas tradições católicas, os madeirenses iam à missa aos domingos, momento de devoção e também de sociabilidade. Outra atividade de lazer era o jogo de “baralho”, em particular, o jogo da bisca:

Baralho era mais quando se trazia homens pra cavar, plantar semente, plantar, semear trigo, coisa assim. Aí chegava a noite, o pessoal vinha pra casa, pra dentro de casa, jantava, limpava a mesa e jogava a bisca (Maria, 2015).

A minha avó gostava de jogar uma bisca e ela me ensinou a jogar bisca e jogar cassino. Aí, eu jogava com a minha avó e meus primos quando eles vinham em casa também (Rita, 2015).

Os encontros na freguesia eram ocasiões de sociabilidade entre parentes, familiares, vizinhos e amigos, marcadas pelas conversas e busca por notícias, sendo a emigração e suas possibilidades temáticas frequentes. Ao vislumbrar o sonho da saída, o Brasil se apresentava como uma possibilidade, além, de ser sempre mencionado na

imprensa, aparecia nas histórias contadas e nas cartas que eram lidas e relidas em público. A circulação do “mito da fortuna” incentivava as saídas³⁷. Maria relata que “nessa época as pessoas falavam que vinham pra aqui, uns falavam que era o cemitério dos portugueses. E outros vinham e tavam muito bem de vida. Então, vamos a sorte”. Clara contou que “se falava de vir pro Brasil ficava doido que queria embora pra cá, todo mundo queria vir pro Brasil porque ganhava bastante dinheiro”.

A partida era uma decisão familiar, que implicava em planejamento, projetos, poupanças e discussões. As passagens eram pagas com dinheiro próprio, exigindo um planejamento como uma poupança ou decisões difíceis, como a venda da casa ou da propriedade; alguns pediam dinheiro emprestado e algumas vezes, contava-se com os recursos enviados por conhecidos já estabelecidos que chamavam parentes ou conterrâneos para ajudar nos negócios.

A apresentação de carta de chamada era exigência legal para a saída e também para a entrada no Brasil³⁸.

E aí quando a minha tia veio para o Brasil e um tio casou, né? Aí o meu pai ficava com aluguer sozinho pra ele era mais difícil. Ela chamou primeiro um irmão né, um que morava com a gente, casou e veio pro Brasil e depois veio nós, eu, meu pai e minha mãe. Nós viemos em setembro e minha avó veio em janeiro pra frente, em 58, janeiro de 58 (Rita, 2015).

O serviço militar constituía num outro motivo para os deslocamentos, sendo considerado, desde o século XIX, como umas das causas mais frequentes da emigração clandestina dos jovens. Essa tendência se reforçou na segunda metade do século XX, frente ao receio do longo período de permanência em África (até quatro anos), durante o qual os jovens podiam adoecer, serem feridos ou mortos. O relato de Maria posiciona bem a situação:

Nessa época, eles estavam indo pras Áfricas e tava morrendo muita gente. Eles pegavam a tropa e mandava pras Áfricas. E o meu pai, agora tinha amizade com os filhos e não queria mandá-los pra guerra. Então, quando o António tinha 16 anos, ainda podia sair. Saiu. Depois o Zé quis sair também mas já não dava mais pra vir pra aqui. Então ele foi pra Johannesburgo que era pra ver se de lá, se conseguia fugir. No dia que ele ia passar de Portugal pra Johannesburgo nas Áfricas, era ele e um primo que tinha ido junto, a polícia pegou, mandou eles pra trás e ficaram um mês ou dois, os dois se virando em Portugal. Foram pegos uma segunda vez e aí ficou preso três anos na cadeia, acho que foi isso. Depois foi servir o exército. Teve cinco anos no exército lá (Maria, 2015).

O governo português sempre teve uma posição ambígua em relação à emigração³⁹. Após a Segunda Guerra Mundial, prevendo a retomada das saídas, o governo promulgou novas medidas restritivas que culminaram com a criação da Junta Nacional de Emigração⁴⁰ encarregada do controlar deste processo⁴¹. Entretanto, em 1948, as autoridades lusitanas autorizaram a emigração de trabalhadores e famílias madeirenses, apesar das exigências de garantias de comprovação de trabalho no país de destino.

Com exceção de Maria, que “trouxe dinheiro que se fosse pra voltar pra trás, daria”, as outras venderam tudo que tinham para vir para o Brasil. Saindo diretamente da Madeira ou não, as depoentes se lembram com detalhes da partida, o dia da partida, do nome do navio, do controle sanitário, da viagem em terceira classe.

37 PEREIRA, 2002: 45-54.

38 Foram regulamentadas pelo Decreto brasileiro n.º 9081 de 3 de novembro de 1911.

39 Sobre a política portuguesa de emigração: PEREIRA, 2002.

40 Sobre a Junta Nacional de Emigração: SANTOS, 2014.

41 Decreto-lei n.º 36 199 de 29 de março de 1947; Decreto-Lei n.º 36 558 de 28 de outubro de 1947.

Eu saí da Madeira e ficamos oito dias em Lisboa, a razão era que não tinha navio nesse dia então eles passaram na Madeira, trouxeram o pessoal que tava pra vir pro Brasil, esperara em Lisboa que juntasse todo o pessoal lá de Lisboa também e então pra vir no Eugenio C pra aqui, trazia aquele brinquinho, o meu marido tocava isso e eu tocava o rajão e o pessoal se juntava e a gente ia se divertindo (Maria, 2015).

O navio foi o Ana Sé, Ana Sé, é italiano né? E levamos dez dias, direto. Ele vinha da Itália com passageiros. Eu sei que naquela época que nós viemos, estava a gripe asiática. Entrava no navio, eles olhavam a febre, faziam um exame médico. Se a pessoa tivesse um estado febril, não embarcava. Tinha na entrada, eu lembro que a gente subiu a escada do navio e lá encima na porta tinha um médico e enfermeira e eles anotando tudo né e aí como examinava todo mundo e se a família, um da família tivesse com problema de febre, estado febril, voltava (Rita, 2015).

A chegada ao Brasil foi marcada por diversas impressões e emoções, felicidade de reencontrar o esposo à espera no porto (Clara, 2015); surpresa em ver pela primeira vez um indivíduo “escuro” ou o impacto frente a cidade tão grande. Assim, a Rita comentou que ao chegar “no Rio, a maioria era tudo escuro, ficava ali no cais do porto, aquelas baianas bem negonas e aqueles tabuleiros então, eu me assustei né [...]. Não, não nunca vimos escuros”.

Ah, eu achei tudo diferente. Nossa senhora! Eu pensava comigo assim: “nunca vou saber sair de casa! Nunca vou sair”. O tanto é que os primeiros dias que tava aqui, minha mãe morava no Tremembé. Ela veio aqui falando: “vamos comigo pra tu aprenderes o caminho”. Aí, fui. Fui, voltei e: “ah agora eu já sei ir sozinha!” (Maria, 2015).

Presença e desafios de uma nova vida: memórias e tradições

Como observado anteriormente, muitos madeirenses se instalaram na Zona Norte da cidade de São Paulo, nos bairros do Imirim e Tremembé, aonde já tinham estabelecidos. Na nova terra, as redes de apoio foram essenciais para enfrentar as primeiras dificuldades, os recém-chegados contaram com a ajuda da família ou de conterrâneos que os acolhiam, hospedando ou ajudando na procura de emprego.

Depois de um mês e pouco, como meu pai conseguiu um serviço, ele trouxe muita carta de recomendação lá da Madeira. Sócios do Clube Naval que tinham um parente no Rio de Janeiro indicando meu pai prum serviço. Era garçon. Aí, ele foi trabalhar num restaurante na praça Mauá, frente ao cais do porto, num bar. Dois meses depois, chamaram ele pra trabalhar na confeitaria Colombo do Rio. Que era um amigo, um português, que ali os portugueses, todo o mundo se conhecia. Então, “olha veio um patrício de lá tal... fulano me indicou né”, aí foi, ele foi trabalhar na confeitaria Colombo. Através desses portugueses, chamou os meus pais pra ser caseiros, e morar na Casa da Madeira no Rio, que eles precisavam de um casal português pra trabalhar lá (Rita, 2015).

Essas ações de apoio dos já radicados se explicitavam nas práticas de chamar parentes e/ou conterrâneos para ajudar nos negócios, pois eles eram considerados trabalhadores de confiança, contudo, em certos casos, se transformava em exploração desses recém-chegados. Assim, paternalismo e exploração coexistiam e caracterizavam essas relações⁴². Este foi justamente o caso da família de Maria que, ao chegar, foram cuidar

de uma chácara em Mairiporã, porque o esposo dela queria trabalhar a terra. O contrato versava “ganhava meio salário e era pra ela (a proprietária) dar a comida”, entretanto, a dona da propriedade quase não aparecia, descumprindo essa cláusula, criando situações precárias frente à falta de alimentos:

E no Natal não tinha nada pra comer, nada! Só tinha pão velho com bolor e seco lá no forno. Pfff! Natal! Esse dia, eu chorei o dia inteiro e disse: “nunca, nestes anos que eu tenho, nunca me faltou nada, dia de Natal nem dia nenhum, sempre tinha comida”. E o problema era mais as crianças. Meu pai chegou lá: “Te arruma que eu vou trazer um caminhão”. Aí viemos aqui, eu continuei bordando nas horas vagas (Maria, 2015).

A estratégia de sobrevivência de Maria, assim, como muitas madeirenses, foi retomar o bordado, através da inserção em redes de distribuição. Rita também rememorou suas experiências com o bordado, no Rio de Janeiro (onde aprendeu a bordar) e em São Paulo:

[No Rio de Janeiro] Tinha uma senhora lá em Niterói que dava os bordados assim pra gente bordar. A gente ia até Niterói, pegava os bordados e vinha. Aí a minha vó bordava. Eu fazia assim um pontinho de corda, umas bolinhas assim, não era, não fazia muita coisa. Era lençóis, jogos de lençóis. Era linho daquele bem fininho e tinha percal. Aí, a minha tia me ensinou a fazer ponto Paris e eu fazia as bainhas, as bainhas dos lençóis. Pregava os forros também tudo a ponte Paris.

[Em São Paulo] As primas lá todas bordavam, foi indicando bordados. Pra essas lojas que tinha naquela época, deixa ver, tinha o Maison Blanche. Então tinha aquela, ah fulana dona Maria dá bordados. Iam lá, pegavam os bordados, traziam pra casa, bordavam e, depois, iam entregar e recebia o dinheirinho. Era assim né? E a mulher fazia o resto. Depois ensinaram a minha mãe que aqui na avenida Tucuruvi tinha um senhor que tinha loja de bordados. Era um madeirense, aí eu não me lembro do nome dele (Rita, 2015).

Apesar da origem rural da maioria dos madeirenses, no novo contexto muitos se dedicaram às atividades urbanas e comerciais. Com um pequeno capital trazido ou o dinheiro ganho no Brasil (fruto de muito trabalho e da poupança familiar) instalaram pequenos negócios familiares. Procurando trabalhar com um custo operacional mínimo, aproveitavam o quarto da frente ou uma garagem das próprias casas para estabelecer pequenas vendas, quitandas, armazéns, botequins ou bares, nos quais, as mulheres trabalharam arduamente no balcão e na cozinha, preparando refeições e petiscos, desempenhavam um papel ativo no cotidiano desses negócios e participavam das decisões.

No Jardim Tremembé, aí, na frente em vez de fazer garagem, o meu pai fez um salão pra ele montar uma quitanda, naquela época falava quitanda, vendia tudo, arroz, feijão, pão, leite, café, tudo, vendia tudo ali... doces, tudo. A gente morava no sobrado e aí na frente era a loja, o bar do meu pai. Quer dizer era só um aluguel que pagava né, tinha o bar, meu pai trabalhava em baixo e a gente morava em cima então tava todo mundo ali unido né. Servia lanches, minha mãe que fazia as coisas lá pra vitrina, era linguça, bolinhos, peixes, é ela que fazia aquelas comidas todas pra vitrina né. Gostavam, “vamos no bar do português”, era falado assim o bar do português (Rita, 2015).

O cotidiano feminino implicava uma jornada árdua, envolvendo o trabalho na casa, no negócio, no balcão e ainda o bordado. No conjunto dessas ações, as mulheres foram fundamentais para sobrevivência e sucesso da experiência de e/imigração. Clara rememorou que trabalhava com o marido e que tinha no bordado uma complementação da renda, apesar dele ser mal remunerado.

Era jogo, eu gostava mais de fazer joginho do que toalha grande. Eu bordava lá de uma senhora em Santana, na rua Amaral Gama, é capaz que ela já faleceu mas era uma senhora de idade. Bordei bastante tempo dela lá, ela que entregava o bordado lá pra fábrica (Clara, 2015).

A experiência de Maria foi exemplar, depois de deixar a chácara em Mairiporã, se dedicou ao bordado e quando o pai e os irmãos compraram um bar, ela foi trabalhar na cozinha. Depois de muito empenho e poupança, ela comprou seu próprio negócio em parceria com um dos irmãos. Como proprietária do seu bar, o cotidiano envolvia o trabalho no balcão e na cozinha, além das atividades na casa e os cuidados com os filhos:

Aí, o bar, eu comprei quando os meus irmãos venderam lá em baixo, em Santana. Aí, comprei ali junto com um dos meus irmãos. Depois ele faleceu. Eu tinha uma cozinheira porque não aguentava, tinha que trabalhar na frente, meu marido não sabia ler. Era eu e os filhos. Depois, a cozinheira ia embora e eu que cozinhava e as crianças já tava crescendo, já sabia trabalhar na frente e eu cozinhava e fazia tudo. Até hoje, graças a Deus, há trinta e cinco anos. [Falando dos filhos] A Isabela cuidava, Isabela era a mais velha e depois eles iam se olhando uns nos outros. Eu deixava comida pronta. Fiz um forno, que até hoje ta aí em baixo, eu assava no domingo pra ter pão pra eles comerem a semana inteira. E fazia o almoço de manhã, as vezes fazia a janta pra ficar pro outro dia (Maria, 2015).

As memórias do cotidiano árduo envolto em muito trabalho e poupança, também se fizeram presentes no depoimento de Rita: “só tinha o domingo pra fazer as coisas em casa. Então não tinha tempo para nada”.

Lina, uma das filhas da Maria, comentou sobre o trabalho da mãe, destacando os desafios enfrentados por ela: “Ah, hoje é tranquilo mas a minha mãe sofria por ser mulher. Quando a minha mãe comprou o bar, os vizinhos tentaram comprar dela pra ela não ficar lá. Por ser mulher e ela era cabeça da família” (Lina, 2015). Reforçando a fala da filha, Maria acrescentou que “um dia chegou um cara lá já com o contrato feito que era pra eu assinar” (Maria, 2015).

Na busca pela realização dos sonhos, essas mulheres atravessaram o Atlântico, em São Paulo, como na Madeira, continuaram a trabalhar e investiram na educação dos filhos. Clara tem muito orgulho por ter um filho médico; a filha de Rita fez faculdade, é vice-diretora de uma escola pública, já o filho não quis estudar, mas herdou o bar dando continuidade aos negócios da família. Apesar de terem trabalhado no bar junto com a mãe, os filhos da Maria se formaram na Universidade, hoje são fisioterapeuta, psicopedagoga, psicopatologista e professor, ela destacou a estratégia que ajudou a custear os estudos dos filhos:

Depois que eu fiquei só lá no comércio, eu não tinha tempo pra nada e era eles na escola. Teve uma época que tinha três na faculdade e nessa época, é uma época que os telefones dava dinheiro. Nessa época, a gente comprava, depois alugava pra quem não tinha. Então, comprei três telefones pra eu pagar a faculdade, pra ir pagar os telefones tinha que apertar tudo canto, tudo o lado mas consegui graças a Deus (Maria, 2015).

Apesar de terem emigrado a mais de cinquenta anos, todas as depoentes não se naturalizaram. Entretanto, reconhecem o Brasil como o lugar no qual construíram suas vidas e onde, elas e os filhos, tiveram chances. Sobre um retorno definitivo para a Madeira, declararam:

Não, nunca mais tive vontade de ir pra lá. Brasil é muito querido (Clara, 2015).

Eu não quero voltar pra...de vez pra lá, entendeu? Que tem as minhas raízes aqui (Rita, 2015).

Não, não eu quero voltar mas ir e voltar pra cá, só a passeio (Maria, 2015).

Um território madeirense em São Paulo: a Casa Ilha da Madeira

A chegada num país estrangeiro implica em estratégias de inserção juntamente com a busca por convivências e reencontros com conterrâneos, ações constituídas em espaços religiosos, culturais, de lazer e desportivos. Em algumas situações, conduzem à organização de associações, nas quais os e/immigrantes e seus descendentes se unem em torno de um conjunto de interesses, objetivos e sentimentos coletivos que reforçam a sensação de pertencimento⁴³.

Essas associações se tornam território de relacionamento, reunião, convivência, aglutinação, manutenção e afirmação identitárias, objetivando congregar, manter/reviver/inventar tradições, assumindo o papel de “lugares de memória”⁴⁴. Elas também propiciam oportunidades para a realização de eventos de congraçamento, festas de cunho social, atendendo expectativas culturais e recreativas (eventos de poesia, teatro, música/dança e gastronomia, incluindo os grupos folclóricos), além de várias outras manifestações que mantêm coesão social. Desta forma, a prática associativa tornou-se instrumento importante na reconstituição de identidades, manutenção de laços, estabelecimento de redes e até resistência cultural, nesta investigação destaca-se a Casa Ilha da Madeira de São Paulo.

Quando rememoraram a vida na Madeira, as três depoentes falaram do gosto que tinham de dançar, cantar ou tocar instrumentos, quando em São Paulo, todas elas participaram do grupo folclórico⁴⁵ da Casa Ilha da Madeira de São Paulo. Rita explicou que seus pais foram caseiros da associação Casa Ilha da Madeira do Rio de Janeiro, que ela e a tia participavam do grupo folclórico, registro que ela preserva nas fotos:

Eu no começo como era miudinha, magrinha, só carregava a bandeira, era porta bandeira. Aí, com doze anos, já tava com o corpo mais coisa e comecei a dançar. Eu aprendi a tocar acordeão mas não participava do grupo, e gostava mais de dançar, tinha os instrumentos todos, as roupas típicas também, tinha tudo.
[Sobre a roupa]: Vinha da Madeira, vinha da Madeira.

[Sobre as festas]: Fazia Nossa Senhora do Monte, Nossa Senhora de Fátima, São João, a festa Junina, quase todo o mês tinha assim. Eles faziam aqueles arraiais né, tinha alguns portugueses do continente porque tinha muitos grupos folclóricos lá né, no Rio. Então, eles se confraternizavam. Vinha a Casa dos Açores, vinha a Casa de Trás-os-Montes (Rita, 2015).

Além das referências a associação do Rio de Janeiro, Rita rememorou como foi sua participação na montagem do grupo folclórico em São Paulo:

O pessoal daqui da Casa da Madeira de São Paulo que era o senhor Agostinho Gouveia que tinha uma casa, associação que era a própria agência, agência Gouveia de Turismo que ele tinha no Centro da cidade e lá ele tinha a coisa do clube da Casa Ilha da Madeira. Eles não tinham sede própria, ele praticamente era o presidente, ele que organizava tudo né, era escritório, eles estavam tentando montar uma casa da Madeira aqui em São Paulo.

Aí, depois pegaram emprestado um salão na avenida São João que era do clube português pra ensaiar toda semana né. Aí, o senhor Gouveia falou assim, “então vamos”. Era, por exemplo, dez meninas né e dez rapazes fora o grupo, o pessoal que tocava. Aí ele foi, comprou tecido e a minha mãe fez as roupas, eu tinha

43 Em 2010, identificaram-se 2825 associações portuguesas no mundo, destas, 255 localizadas no Brasil (ROCHA-TRINIDADE, 2010: 45).

44 NORA, 1993.

45 Os grupos folclóricos são constituídos por pessoas que se empenham em executar músicas tradicionais, praticar folguedos e danças folclóricas; comungam ideais de divulgação de aspectos culturais, preservação da memória e das tradições dos imigrantes (BOSCHILJ; PEREIRA, 2015).

trazido a minha roupa do Rio. Meu traje típico eu trouxe do Rio. Então por aquela dali minha mãe fez as outras entendeu? Aí, montou o grupo bonito, a gente se apresentou em vários lugares, na Casa de Portugal, na represa Billings, teve uma festa na associação, teve duas festas de lusos brasileiros no Ibirapuera, quando Amália Rodrigues veio aqui ao Brasil. Depois eu não sei se ele ficou doente, ele se afastou né, aí surgiu um grupo folclórico no bairro do Imirim e o nosso grupo acabou entendeu? Foi outra turma, do bairro do Imirim que aí ficou pertencendo à Igreja de Nossa Senhora de Fátima do Imirim. E aquele grupo ali é que começou (Rita, 2015).

Atualmente, a Casa Ilha da Madeira está localizada na rua Parada Pinto, no Horto Florestal. As três depoentes ainda participam do grupo folclórico, considerando essa atividade importante para manutenção das tradições. Neste sentido, Clara declarou:

Sou de lá, sou de lá, da Casa Ilha da Madeira. Quando tem festa, eu vou. Sou a bordadeira! Eu sento lá, tem uma outra senhora também de idade, eles põem duas cadeiras e a gente senta naquelas cadeiras e fica bordando. É só pra enganar o povo né?

Para essas madeirenses, a presença na Casa Ilha da Madeira foi e ainda é uma história de família, a participação nos grupos folclóricos envolve “várias gerações [que] se reúnem para partilhar uma mesma experiência social e transmitir uma identidade cultural em «situação migratória»”. Assim, o filho médico de Clara casou com a atual coordenadora do grupo infanto-juvenil da casa (ela também filha de imigrantes madeirenses) e todos os filhos do casal dançam, cantam ou tocam instrumentos no grupo. Mesmo quando os filhos não se interessaram tanto, como os de Rita, acabam por frequentar a Casa em momentos festivos.

Quando veio pra ali na Parada Pinto, eu ia lá, a gente ia a pé daqui. Eu com as crianças, os meus pais que eles gostavam de ir. A gente ia a pé pra lá. Aí fui a Portugal [ela estava falando da Madeira onde o grupo infanto-juvenil da Casa Ilha da Madeira de São Paulo tinha ido para se produzir] com Analita no ano seguinte. Analita tinha sete anos. Aí, ela viu o grupo e ela gostou e quis entrar com o grupo. Ela entrou e eu entrei, tocava rajão. A Lina também esteve no grupo. A Márcia, a minha neta, o Renato, meu neto, a Estefani, minha neta, a Carol, a Ligia, a minha sobrinha (Maria, 2015).

Todas as entrevistadas declararam que se empenham em transmitir às novas gerações valores como trabalho e honestidade, mas também as tradições, designadamente musicais e culinárias. Durante a entrevista da Maria, a filha Lina, interveio, declarando:

Ensinou a comida, ela ensinou a cultura, música, ela ensinou letras de música. Eu, depois de estudar, eu vi que ela fez um trabalho pedagógico com a gente, é trabalho de fôlego, trabalho pedagógico, ela ensinava as musiquinhas, coisas que se vai aprender na faculdade pra trabalhar desenvolvimento infantil e ela fazia tudo isso sem conhecimento que isso era técnico (Lina, 2015).

Na experiência de deslocamento, a alimentação é o último costume preservado as tradições culinárias, gostos e hábitos são portátil e transferidos por outros países⁴⁶. Mesmo frente ao distanciamento do ambiente familiar, a cozinha é depositária e transmissora de hábitos, que dificilmente se apagam, tornando-se reveladora

47 O paladar, muitas vezes, é o último a se desnacionalizar, a perder a referência da cultura original (DUTRA, 1991).

das origens, propiciando o reconhecimento das pessoas do mesmo grupo e tornando-se elo entre o imigrante e sua terra natal, tão importante como o idioma falado. Rita declarou “Cozinho as comidas de lá, é. Caldo verde, cozido português, o milho, o peixe. A semana passada eu fiz fubá com peixe, aqui a gente chama fubá mas é o milho né. Eu faço, eu gosto das comidas de lá”.

Algumas considerações finais

Apesar do tempo transcorrido desde sua chegada à São Paulo, todas essas madeirenses já tiveram oportunidade de voltar à terra natal e se empenharam em levar os filhos e netos. Maria, que ainda tem casa na Ilha, viaja todos os anos, operando como mediadora cultural, trazendo utensílios, trajes e instrumentos musicais. Quando o grupo folclórico se apresenta, ela atua como narradora, conta histórias, canta músicas, ensina jogos e brincadeiras, desta forma, busca manter as tradições da Madeira.

Rita, além das lembranças, guardou muitos documentos, fotos do grupo folclórico do Rio de Janeiro e de São Paulo, a carta de sócio do pai, passaportes dos familiares (pai, mãe, avó) e as passagens, tornando-se uma “guardiã das tradições”, do acervo e das memórias afetivas da família.

Ao seu modo, todas procuram manter as tradições madeirenses, seja através da inserção na associação, práticas culturais, culinárias e religiosas. Nas casas encontram-se expostas da sala “reliquias afetivas” que incluem imagens de devoção (Nossa Senhora de Fátima, Espírito Santo, entre outras), móveis, objetos, fotos, elementos decorativos e bordados. Na organização da casa, cozinha e quintal (parreira, pequena horta e flores no jardim) reinventam tradições da terra natal com desejo de recriar, no Imirim Paulista, uma “pequena Madeira”, aspirando superar as emoções de não se sentir nem lá nem cá⁴⁷.

As entrevistas se integram num projeto mais amplo com os associados da Casa da Ilha da Madeira de São Paulo. Nesta etapa, conversar com Clara, Rita e Maria permitiu questionar a invisibilidade feminina, recompor trajetórias e experiências migratórias da comunidade madeirense, rastreando a convergência de pontos comuns e recuperando as particularidades.

As conversas com Clara, Rita e Maria permitiram recompor recompor trajetórias migratórias e dar visibilidade às experiências femininas. Possibilitaram rememorar a sociedade de partida, os desafios da nova vida na sociedade de acolhimento, o cotidiano envolto no trabalho árduo, as estratégias de sobrevivências, a vida simples e econômica, a busca por assegurar um futuro melhor para os filhos. Pode-se perceber que dos dois lados do Atlântico, o papel das mulheres foi fundamental, elas se dedicaram aos negócios familiares, trabalharam na casa e com os bordados, sem elas as famílias não teriam tido os cuidados cotidianos (alimentação, limpeza, atenção com a saúde e educação), nem o sucesso sonhado no projeto de deslocamento.

Fontes

Anuário demográfico, ano de 1886. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890.

Arquivo do Itamaraty (AIRJ) – *Consulado do Brasil no Funchal*, 1950. Relatório do ano de 1949. Do cônsul José Maria Reis Perdigão para Raul Fernandes, ministro de Estado das Relações Exteriores, 28 de janeiro de 1950; Relatório do ano de 1952. Do cônsul José Maria Reis Perdigão para João Neves da Fontoura, ministro de Estado das Relações Exteriores, 31 de janeiro

- de 1953; Carta do cônsul José Maria Reis Perdigão a Vicente Rao, ministro de Estado das Relações Exteriores, 31 de janeiro de 1954.
- Decreto brasileiro n.º 9081 de 3 de novembro de 1911. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9081-3-novembro-1911-523578-republicacao-102836-pe.html>>.
- Decreto-Lei n.º 36 199 de 29 de março de 1947. Disponível em: <http://www.remessas.cepese.pt/remessas/mod/itsdatabase/view.php?n=2&v=3&action=exec&filter_datafim=1969&filter_datainicio=1940&adodb_next_page=2>.
- Decreto-Lei n.º 36 558 de 28 de outubro de 1947. Disponível em: <http://www.remessas.cepese.pt/remessas/mod/itsdatabase/view.php?n=2&v=3&action=exec&filter_datafim=1969&filter_datainicio=1940&adodb_next_page=2>.
- Decreto-lei nº 36 819 de 6 de abril de 1948. *Diário do Governo*. I série, n.º 79, p. 265.
- Entrevista de Clara Batista, 89 anos. Entrevista realizada pela autora em 13 de março de 2015.
- Entrevista de Rita de Sousa Luís, 68 anos. Entrevista realizada pela autora em 23 de março de 2015.
- Entrevista de Maria Filipa de Freitas Luís, 79 anos. Entrevistada realizada pela autora nos dias 3 e 26 de maio de 2015.
- Intervenções pontuais da Lina Freitas, filha da Maria Filipa de Freitas Luís, durante a entrevista da mãe realizada pela autora em 3 e 26 de maio de 2015.
- Movimento da População*, 1887, 1888, 1889, 1890, 1891-1893, 1894-1896 e 1901. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890, 1892 (2), 1893, 1898, 1901 e 1904.
- Tratado de Amizade e Consulta entre o Portugal e o Brasil*. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1953/b_50/at_download/arquivo> [consult. 18 de mai. 2017].

Bibliografia

- ALBERTI, V., 2003 – *O fascínio do vivido, ou o que atrai na história oral*. Rio de Janeiro CPDOC. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6697>> [acesso em 19.05.2017].
- ALBERTI, V., 2005 – “Histórias dentro da história”, in PINSKY, C. B., (org.) – *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, p. 155-202.
- AMADO, J.; FERREIRA, M. (coord.), 2005 – *Usos & Abusos da história oral*, 7.ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- ANGELO, E. R. B., 2015 – *Trajetória dos imigrantes açorianos em São Paulo. Processos de formação, transformação e as ressignificações culturais*. São Paulo: Paco Editorial.
- BAGANHA, M. I., 2009 – “Migração transatlântica: uma síntese histórica”, in SERRÃO, J. V.; PINHEIRO, M. A.; FERREIRA, M. (ed.) – *Desenvolvimento económico e mudança social. Portugal nos últimos dois séculos – Homenagem a Miriam Halpern Pereira*. Lisboa: ICS, p. 405-422.
- BOSCHILIA, E. C.; PEREIRA, M. J., 2015 – *Grupos folclóricos: elementos de identidade étnica: o grupo Os Lusíadas do Centro Portugueses de Maringá*. Maringá: Edição do Autor.
- BOSI, E., 1979 – *Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz.
- CARDOSO, A., 1968 – *Fenómeno económico-social da emigração madeirense*. Funchal: Ed. da Junta Geral do Funchal.
- CERTEAU, M., 1998 – *A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar*. Petrópolis: Ed.Vozes.
- CORTE, A. 2002 – *A imigração madeirense em Niterói, 1930-1990. Um estudo de caso*. Niterói, Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em História apresentada à Universidade Federal Fluminense.
- CORTI, P., 2007 – *Storia delle migrazioni internazionali*. Roma: Editori Laterza.
- DAMIÃO RODRIGUES, J.; ROCHA, G., 2008 – “A emigração açoriana para o Brasil: ritmos e destinos”, in MATOS, M.I.S; SOUSA et al. (org.) – *Deslocamentos e histórias: os portugueses*. Bauru, São Paulo: EDUSC, p. 245-258.

- DEVOTO, F. J., 1988 – “Las cadenas migratorias italianas: algunas reflexiones a la luz del caso argentino”. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*. Nº. 8, p. 103-123.
- DUTRA, R., 1991 – *A boa mesa mineira, um estudo de cozinha e identidade*. Rio de Janeiro, RJ. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social apresentada à Universidade Federal/Museu Nacional.
- FERREIRA, D. 2010 – “A emigração do norte de Portugal para o Brasil: uma primeira abordagem (1918-1931)”, in SARGES, M. N. et al. (org.) – *Entre mares: o Brasil dos portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, p. 145-160.
- FREITAS, N., 2014 – *Des vignes aux caféiers : Étude socio-économique et statistique sur l’émigration de l’archipel de Madère vers São Paulo à la fin du XIXe siècle*. Funchal: Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transporte/CEHA.
- FREITAS, S. M., 2006 – *Presença Portuguesa em São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial.
- HALBWACHS, M., 1997 – *La mémoire collective*. Paris: Albin Michel.
- HERVÉ, T., 2006 – *Traité élémentaire de cuisine*. Paris: Éditions Belin.
- HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (org.), 1984 – *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HOERDER, D.; KAUR, A., 2013 – *Proletarian and Gendered Mass Migrations: A Global Perspective on Continuities and Discontinuities from the 19th to the 21st Centuries*. Netherlands: Brill Editora.
- “Jornalista da Madeira”. *O Estado de São Paulo*, 31 janeiro de 1957.
- LANG, A. B. S. G.; CAMPOS, M. C. S.; DEMARTINI, Z. B. F., 1998 – *História oral e pesquisa sociológica: a experiência do CERU*. São Paulo: Humanitas.
- LEITE, J.; CÂMARA, B., 2010 – “O recrutamento militar e a emigração madeirense nos finais do século XIX”. *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*. N.º 2, p. 106-112.
- LEVY, M. S. F., 1974 – “O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972)”. *Revista Saúde Pública*. 8 (supl.), p. 49-90.
- LOPES, A. H. (org.), 2000 – *Entre Europa e África: a invenção do carioca*. Rio de Janeiro: Topbooks/Casa Rui Barbosa.
- MACDONALD, J.; MACDONALD L., 1964 – “Chain Migration Ethnic Neighborhood Formation and Social Networks”. *The Milbank Memorial Fund Quarterly*. XLII (1), p. 82-97.
- MATOS, M. I. S., 2002 – *Cotidiano e cultura, cidade e trabalho*. São Paulo: EDUC.
- MATOS, M. I. S.; ANGELO, E. R. B., 2008 – “Imigrante açorianos em São Paulo, tempos, tradições e transformações”, in MATOS, M. I. S. et al. (org.) – *Deslocamentos e histórias: os portugueses*. Bauru, São Paulo: EDUSC, p. 259-271.
- MATOS, M. I. S., 2009 – “Além mar: entre o lar e o balcão. Portugueses em São Paulo”. *Revista Cordis, Revista Eletrônica de História Social da Cidade*. N.º 2. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/revistacordis/downloads/numero2/artigos/revista_cordis2_maria_izilda.pdf>
- MATOS, M. I. S., 2013 – *Portugueses: deslocamentos, experiências e cotidiano: São Paulo, séculos XIX e XX*. Bauru: EDUSC.
- MATOS, P. L.; SOUSA, P. S., 2008 – “População e movimentos migratórios. A atracção pelo Brasil (1766-1836)”, in MATOS, A. T.; MENESES, A. F.; e LEITE, J. G. R. (dir.) – *História dos Açores. Angra: Instituto Açoriano de Cultura*, vol. 1, p. 535-577.
- NOGUEIRA, A. M. M., 2001 – “Narrativa Épica e Constituição de Identidades Sociais”. *História e Qualidade*. São Paulo: EDUC, n.º 22, p.173-198.
- NORA, P. 1993 – “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto História*. N.º 10, p. 7-28.
- OLIVEIRA, I., 2013 – “O arquipélago da Madeira: dinâmica demográfica de 1890 a 2011”, in MATOS, P. L.; SANTOS, C. (org.) – *A demografia das sociedades insulares portuguesas. Séculos XV e XVI*. Porto: CITCEM, p. 105-135.
- PEREIRA, M. H., 2002 – *A Política Portuguesa de Emigração 1850-1930*. Bauru/São Paulo: EDUSC.

- PEREIRA, V., 2012 – *La dictature de Salazar face à l'émigration. L'État portugais et ses migrants en France (1957-1974)*. Paris: Presses de Sciences Po.
- POLLACK, M., 1989 – “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*. Vol. 2, n.º 3, p. 3-15.
- POLLACK, M. 1992 – “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*. Vol. 5, n.º 10, p. 200-212.
- PORTELLI, A., 1997 – “Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral”. *Projeto História* (15). São Paulo, p. 13-49.
- PORTELLI, A., 2004 – “O Momento da Minha Vida: Funções do Tempo na História Oral”, in FENELON, D. R. et al. (org.) – *Muitas Memórias Outras Histórias*. São Paulo: Olho D'água, p. 292-313.
- RIBEIRO, Orlando, 1985 – *A Ilha da Madeira até meados do século XX*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua portuguesa.
- ROCHA-TRINDADE, M. B., 2010 – “Associativismo em contexto migratório”. *Migrações*. N.º 6, p. 39-58.
- SANTOS, I., 2010 – *Les 'brumes de la mémoire'. Expérience migratoire et quête identitaire de descendants de Portugais de France*. Paris. Tese de Doutoramento em Sociologia, Etnologia e Antropologia apresentado à Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales.
- SANTOS, I. S., 2014 – *A Junta Nacional de Emigração e a Política de emigração no Estado Novo*. Lisboa. Tese de Doutoramento em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- SHARPE, P., 2001 – “Introduction: gender and the experience of migration”, in SHAPE, P. (ed.) – *Women, gender and labour migration: Historical and Cultural Perspective*. Londres/Nova Iorque: Routledge, p. 1-14.
- SILVA, B. A. P., 2007 – “Cartas de chamada: A emigração para o Brasil, no concelho de Sernancelhe (1900-1926)”. *População e Sociedade*. N.º 14/15, Parte II, p. 19-23.
- THOMPSON, A., 2002 – “Histórias Comovedoras. História Oral e Estudos de Imigração”. *Revista Brasileira de História: Viagens e Viajantes*. Vol. 22, n.º 44, p. 341-364.
- VIEIRA, A., 1990 – “Emigration from the Portuguese Islands in the Second Half of the Nineteenth Century: The Case of Madeira”, in HIGGS, D. (ed.) – *Portuguese Migration in Global Perspective*. Toronto: Multicultural History Society of Ontario, p. 42-58.
- VIEIRA, A., 1999 – *O Bordado da Madeira na história e quotidiano do arquipélago*. Funchal: CEHA. Disponível em: <<http://fr.calameo.com/read/0000104921244b56f0bc3>> [consult. 19 de mai. 2017].
- VIEIRA, A., 2008 – *Imigração e emigração na Madeira: bibliografia fundamental*. Funchal: CEHA-Biblioteca Digital. Disponível em: <<http://www.madeira-edu.pt/Portals/3/CEHA/avieira/2008-av-ebiblo.pdf>>.
- VILLAS BÔAS, M. X.; PADILLA, B., 2007 – “Rumo ao sul : emigrantes portugueses no sul do Brasil”. *População e Sociedade*. N.º 14/15, Parte II, p. 115-129.